

## Sociedade civil africana deve investir em advocacias conjuntas para influenciar processos de governação de recursos naturais

- O CDD promoveu, no passado dia 21 de Junho de 2022, um *webinar* subordinado ao tema “O Espaço da sociedade civil na governação dos recursos naturais”. Este webinar tinha como objectivo fazer o lançamento de uma série de actividades e diálogos sobre a “Indústria Extractiva e o Espaço Cívico em Moçambique”, num contexto em que, nos últimos anos, os governos de muitos países ricos em recursos naturais reduziram o espaço cívico, aumentando as restrições às liberdades de expressão, associação ou reunião e ao direito à participação pública, todos pré-requisitos cruciais para a agência dos cidadãos e a responsabilidade do Governo.



O *webinar* enquadra-se numa iniciativa do CDD apoiada pela Fundação Ford e que visa promover o envolvimento efectivo dos cidadãos e a *accountability* pública na governação dos recursos naturais com vista a alavancar a indústria extractiva como um catali-

sador para uma economia inclusiva, diversificada, sustentável e baseada em energia renovável em Moçambique.

O debate teve duas perspectivas: (1) A perspectiva de Governo, que esteve representado pela Unidade de Gestão do Processo Kimberley, Gemas

e Metais Preciosos; (2) A perspectiva das organizações da sociedade civil, representadas, ao nível nacional, pela Plataforma da Sociedade Civil para Indústria Extractiva e o CDD, e ao nível regional, pela Zimbabwe Environmental Law Association (ZELA) e pela Southern Africa Resource Watch (SARW).

## Marta Mucavel, representante da Unidade de Gestão do Processo Kimberley, Gemas e Metais Preciosos

A representante da Unidade de Gestão do Processo Kimberley, Gemas e Metais Preciosos (UGPK) em Moçambique iniciou a sua intervenção explicando a essência do Processo Kimberley, que consiste numa iniciativa conjunta do governo, da indústria diamantífera e da sociedade civil para conter fluxo de diamantes de guerra. A unidade é responsável pelo controlo, rastreio e comercialização destes minerais.

Moçambique aderiu ao Processo Kimberley em 2021 e, neste momento, existem licenças de propensão e pesquisa de diamantes. O Processo Kimberley é importante na medida em que combate a mineração e comercialização ilegal dos minerais e com-



bate igualmente os “diamantes de sangue” usados pelos rebeldes para financiar guerras com objectivo de derrubar governos legítimos.

“A sociedade civil é parte importante neste processo, razão pela qual faz parte do Conselho Nacional do Processo Kimberley, responsável por supervisionar a implementação desse processo em Moçambique. O representante da sociedade civil neste conselho tem de fazer valer a voz da sociedade civil e ser capaz de partilhar toda a informação com os outros grupos da sociedade civil e, simultaneamente, levar todas as preocupações da sociedade civil para este conselho”, explicou Marta Mucavel.

## Jordão Matimula, Coordenador da Plataforma da Sociedade Civil para Indústria Extractiva (PIE)

Para Jordão Matimula, só se pode falar da existência de espaço cívico numa sociedade em que existe abertura e cultura democrática. “Um espaço cívico existe efectivamente se o cidadão e a sociedade civil têm o direito, por exemplo, de reivindicar os seus direitos e, de igual forma, se eles têm o direito de influenciar a aprovação e a implementação legislações, programas, planos e políticas”.

O Coordenador da PIE explicou que o espaço cívico só é assegurado se Governo conseguir proteger os cidadãos e garantir que eles gozam plenamente dos seus direitos fundamentais, bem como respeitar e facilitar a realização dos direitos fundamentais, como o direito à associação, direito à reunião e manifestação pacífica e direito à liberdade de expressão.

Reflectindo sobre esses pressupostos, Jordão Matimula considera que, nos últimos anos, o



**“Um espaço cívico existe efectivamente se o cidadão e a sociedade civil têm o direito, por exemplo, de reivindicar os seus direitos e, de igual forma, se eles têm o direito de influenciar a aprovação e a implementação legislações, programas, planos e políticas”.**

direito à manifestação pacífica tem sido violado pelas autoridades governamentais. “Arrisco-me a dizer que é quase impossível realizar uma marcha quando o objecto da mesma não for a favor da governação actual”.

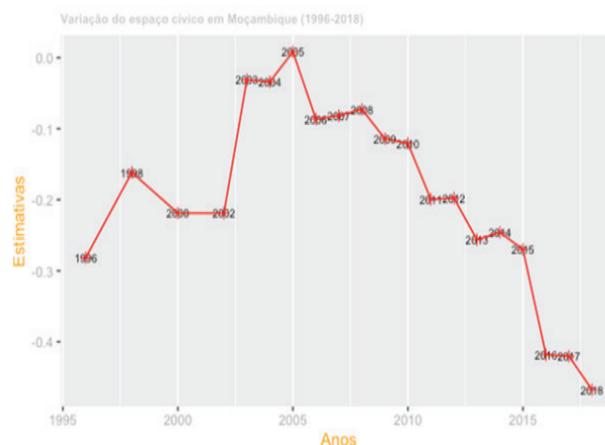
## Américo Maluana, Pesquisador do CDD

Em jeito de contextualização, Américo Maluana iniciou a sua abordagem dizendo que a nível internacional a questão da governação dos recursos naturais tem atraído a atenção tanto dos governos, como da sociedade civil, dos doadores e académicos. Essa atenção deve-se a factores específicos ligados à fraca capacidade que muitos países, sobretudo os africanos, têm de converter a riqueza em recursos naturais em desenvolvimento. Trata-se de um fenómeno que geralmente é associado a fenómenos como “conflitos”.

Para fazer face a esses desafios/dinâmicas surgiu uma agenda global acompanhada de iniciativas como a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE), que procura lidar sobretudo com problemas institucionais, especificamente a corrupção sob forma de desvio das receitas provenientes do sector extractivo, promovendo mecanismos de transparência e prestação de contas. Existe também o Processo Kimberley, que é uma iniciativa relativamente nova.

Tanto a ITIE como o processo Kimberley reconhecem a importância do espaço cívico para a boa governação dos recursos naturais e, ao nível institucional, estas iniciativas têm mecanismos de participação da sociedade civil. Portanto, o espaço cívico é fundamental para a boa governação dos recursos naturais.

No entanto, o que se verifica em muitos países, não apenas em Moçambique, é que há uma tendência de fechamento de espaço cívico, o que implica necessariamente que as liberdades fundamentais (expressão, associação, manifestação pacífica e participação pública) que são vistos como elementos es-



Fonte: Padil e Monjane (2021)<sup>1</sup>

senciais do processo democrático para a responsabilização dos governos, têm sido colocadas em risco.

A ITIE apresenta um elemento inovador, que é a integração da sociedade civil, porque tradicionalmente o debate sobre a governação dos recursos naturais era bilateral, envolvendo apenas as empresas e o Govern. Actualmente, verifica-se uma configuração tripartida em que a sociedade civil tem a possibilidade de fazer a supervisão independente do processo de governação dos recursos naturais em toda cadeia de valor, desde os contratos e licenças, dados de produção, a alocação das receitas e a implementação de políticas de desenvolvimento, na lógica de que essas iniciativas não são um fim em si, mas há uma necessidade de que elas tenham uma iniciativa desenvolvimentista.

O processo Kimberley tem também a componente de integração da sociedade civil através do Conselho Nacional do Processo Kimberley. Entretanto, apesar de Moçambique estar a implementar iniciativas com vista a melhoria da governação dos recursos naturais, a sua implementação não tem uma correlação com a melhoria da qualidade institucional e abertura à participação. E uma das hipóteses levantadas é o facto das iniciativas estarem a ser implementadas como um fim em si e não como uma estratégia ampla de governação que implique uma participação efectiva da sociedade civil.

“É fundamental que a integração da sociedade civil nos processos de governação dos recursos naturais seja um novo paradigma de governação e não simplesmente uma imposição de padrões internacionais, pois apesar da importância da ITIE e do Processo Kimberley, estes são padrões internacionais que precisam ser devidamente internalizados e institucionalizados no quadro nacional” repisou Américo Maluana, em jeito de conclusão.

## Mutusu Dhliwaio, Director Executivo da Zimbabwe Environmental Law Association (ZELA)

Mutusu Dhliwaio entende que o espaço cívico é basicamente a resposta à demanda (através de acções de advocacia) das organizações da sociedade civil para ter, entre outras coisas,



o espaço no processo de tomada de decisão.

Essas iniciativas vieram para tornar possível a participação da sociedade civil nos processos de formulação de políticas e tomada de decisão, reconhecendo que as organizações da sociedade civil e as comunidades também têm um papel nos processos de governação dos recursos naturais, diferentemente do passado em que era um processo bilateral entre o Governo e o sector privado.

O principal desafio no Zimbabwe em termos de espaço cívico nos tempos actuais é a emenda à Lei da Organização Voluntária Privada (OPV) que ameaça seriamente o direito à liberdade de associação no país. “Esta lei expõe a intenção do Governo do Zimbabwe de

<sup>1</sup> SALIMO, Padil, MONJANE, Celso (2021). NARRATIVAS DESQUALIFICADORAS À SOCIEDADE CIVIL EM MOÇAMBIQUE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O FECHAMENTO DO ESPAÇO CÍVICO. RELATORIO FINAL, JOINT.

dotar de ferramentas legais para controlar e, finalmente, silenciar a sociedade civil”, repisou.

A lei irá conferir ao Governo amplos poderes para interferir nas actividades das organizações da sociedade civil.

As organizações precisariam da permissão do Governo para qualquer “mudança material” no domínio institucional, incluindo mudanças na gestão interna e financiamento;

O Governo teria o poder de designar qualquer organização como de “alto risco” ou “vulnerável” ao abuso do terrorismo. Isso permitiria revogar o seu registo ou até mesmo

substituir sua liderança;

E, finalmente, o projeto de lei contém dispositivos que permitem a proibição de organizações da sociedade civil de participar de actividades políticas.

A justificativa do Governo de Harare é que as organizações da sociedade civil estão a encorajar o partido da oposição, através de suporte político, moral e financeiro.

“Com certeza, o trabalho das organizações da sociedade civil é político, pois influenciamos a governação, empoderamos as comunidades locais para participarem na go-

vernação. Quando protegemos os direitos humanos, quando defendemos os líderes comunitários, isso é política, mas isso não pode ser associado a um partido político”.

Mas mesmo em meio a essa situação, as organizações da sociedade civil zimbabweanas continuam a trabalhar para a melhoria da governação dos recursos naturais, com vista a promover investimentos responsáveis, porque um dos desafios dos investimentos no sector extractivo no Zimbabwe é que não promove os direitos humanos nem o desenvolvimento económico.

## Claud Cabemba, Director Executivo da Southern Africa Resource Watch (SARW)

Claud Cabemba, Director Executivo da Southern Africa Resource Watch (SARW), iniciou a sua intervenção referindo que em África muitas comunidades pobres vivem em zonas ricas em recursos naturais, uma realidade que mostra que a extracção dos recursos naturais não tem respondido às necessidades sociais dos africanos. “Quando se vai a Moçambique, Zimbabwe, República Democrática de Congo, Zâmbia e mesmo para a África do Sul, que é uma das economias mais desenvolvidas do continente, é possível observar que as comunidades onde ocorrem os recursos naturais e há grandes indústrias extractivas são as mais pobres”, referiu.

O principal problema do sector extractivo é que as elites africanas estão engajadas em tirar benefícios pessoais na governação dos recursos naturais. “Quando olhamos para os impostos, subsídios e isenções fiscais há sempre um tipo de corrupção. E o principal resultado desse conflito de interesses são as dificuldades institucionais estruturais para gerir o sector extractivo de forma eficiente e efectiva. Por essa razão, as organizações da sociedade civil tornam-se cada vez mais importantes para chamar à responsabilidade do Estado”.



Em África, muitos países são membros da ITIE, o que significa que os governos estão a aderir a políticas de transparência e *accountability* no sector extractivo. No entanto, ainda não há colecta de impostos suficientes, ainda existe a evasão fiscal, fuga ao fisco e a corrupção, porque existe uma discrepância entre as políticas e a sua implementação.

Este facto realça ainda mais a necessidade

que as organizações da sociedade civil têm de lutar pelo seu espaço na governação de recursos naturais, porque o espaço cívico é um “espaço contestado e que é influenciado por diferentes actores e agendas”.

Claud Cabemba defende que a sociedade civil deve estar preparada para: (1) Construir o conhecimento e capacidade ao longo de toda a cadeia de valor do sector extractivo para analisar as fraquezas e oportunidades do sector, incluindo as leis e as instituições; (2) Mostrar que não há uma competição entre as organizações da sociedade civil e governo. “Devem ser aliados, pois trabalham pelo interesse dos cidadãos, mas mantendo a independência para que sejam capazes de criticar sempre que há violação dos direitos humanos e/ou incumprimento da legislação; (3) Parar de consumir agendas globais e começar a definir agendas ao nível continental.

Em jeito de considerações finais, os oradores concordaram que há uma necessidade das organizações da sociedade civil em África trabalharem em conjunto e construir mecanismos para fazer advocacia conjunta de modo a aumentar a influência que têm sobre os processos de governação.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Nelsa Langa  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**Twitter:** CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**



**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

